

# Sunab não dá conta de fiscalizar escolas

Antonio Cunha

Embora o Ministério da Fazenda tenha anunciado que a partir de ontem a Sunab contaria com um esquema especial de fiscalização das mensalidades escolares, na prática nada mudou. O órgão continua com apenas dez fiscais para todas as blitzes. O mais grave, porém, é que desse efetivo seis estão em férias, e ontem, por exemplo, nenhuma escola recebeu a visita da Sunab. Para complicar ainda mais a situação o contador da maioria das escolas indentificado pelo conselheiro Júlio Gugônio apenas como Ivalcir também ligou ontem para o Conselho de Educação avisando que se os colégios forem multados, as multas serão incorporadas como custo geral e ainda serão acrescidas de 10% ao serem repassadas para as mensalidades.

O delegado regional substituto da Sunab, Antônio Duarte, admite que é impossível, com a atual estrutura do órgão, fiscalizar as 194 escolas particulares do DF. Ele nem sabia ao certo que esquema especial era esse. "Para a Fazenda é fácil anunciar, mas eles não nos dão condições de fazer o trabalho", comenta Antônio. Pelos seus cálculos seriam necessários pelo menos 100 fiscais para agilizar as verificações das planilhas de todos os estabelecimentos de ensino. Outra questão séria, segundo o próprio delegado substituto é a limitação de poderes do órgão. "A Sunab não é Rambo que chega e impõe, a gente multa, mas nem sempre eles acatam as nossas determinações".

## Autuações

A faculdade Upis e a Escola Americana são exemplos de que as determinações da Sunab, na prática, são descumpridas. De 1986 até o último dia 7, a Escola Americana

foi autuada seis vezes por majoração de preços. Segundo Antônio Duarte, em nenhuma delas os valores foram corrigidos e nem mesmo as multas a escola pagou. "Das seis autuações a Escola Americana só pagou até agora 50% dos valores das duas primeiras multas e as outras estão correndo na Justiça", informou o delegado substituto.

O caso da Upis é mais grave — só na última semana a faculdade foi multada por três vezes, contudo, as irregularidades continuam. Os estudantes da Upis estão brigando na Justiça desde o mês de julho de 87 e já receberam quatro decisões judiciais favoráveis e apenas uma contrária. A polêmica maior é com relação ao 1º semestre de 89, onde o juiz da 1ª Vara Federal, baseado em dados da Sunab, determinou o valor da semestralidade (janeiro a junho) em NCz\$ 268, mas a Upis se recusa a receber esse total, cobrando NCz\$ 449 pelos mesmos meses. Antônio Duarte disse que a Sunab não pode fazer mais nada, já que diante desse desrespeito só mesmo uma interdição resolveria. "Não queremos correr o risco de ver nossa ordem revertida por uma ação judicial", comenta Antônio Duarte.

Todas as planilhas entregues até agora ao Conselho de Educação do DF tiveram os seus preços estimados e as escolas não têm os documentos que confirmam a veracidade das informações nelas contidos. Segundo Júlio Gregório, presidente da Comissão de Encargos do CEDF, se os estabelecimentos não comprovarem os custos, as planilhas não têm validade e cabe ao Conselho, de acordo com o artigo 9º do Decreto 95.921, fixar o valor da prestação para as escolas.

Até ontem o Conselho já havia recebido 15 pedidos de análise de planilhas por parte dos pais. (Veja o nome das escolas na relação abaixo). Ele já encaminhou a solicitação dos documentos comprobatórios, mas as escolas têm um prazo de 10 dias para fornecer as informações. "Grande parte dos proprietários estão nos ligando pedindo prorrogação do prazo, informando que os preços foram estimados e eles não têm como comprovar os custos por enquanto. A princípio esses prazos não serão dilatados", afirma Gregório. Salienta ainda que nenhuma escola formalizou o pedido e apenas o Colégio Maria Auxiliadora enviou uma memória de cálculos, mas que não serve para a comprovação dos custos.

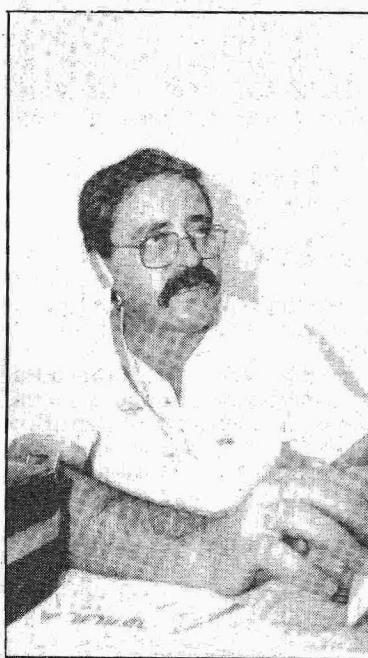
## DENUNCIADAS

Casinha Feliz  
Inei  
Leonardo da Vinci  
La Salle de Sobradinho  
Minas Gerais  
Madre Carmem Sales  
Maria Auxiliadora  
Marista  
Nossa Senhora do Rosário  
O Colibri  
Pedacinho do Céu  
Pio XII  
Santo Antônio  
São Francisco  
Santa Dorotéia



Isídia Ribeiro, mãe de aluno no Leonardo da Vinci, distribuiu circular denunciando o aumento

## Pais se mobilizam contra portaria



Garcia: sem condições de pagar

O período de férias não enfraqueceu o movimento dos pais que, revoltados com os índices de aumentos das mensalidades escolares, estão se mobilizando para tentar revogar a Portaria 140, do Ministério da Fazenda, que restabeleceu a liberdade vigiada. O movimento começou timidamente com 12 pais do Inei, e na última reunião ocorrida na noite de terça-feira o grupo já era de 200 pais envolvendo pelo menos 15 escolas.

A servidora pública, Isídia Ribeiro, por exemplo nunca tinha participado de nenhum movimento, mas diante do aumento da mensalidade do Leonardo da Vinci, que em um semestre subiu em 516,35%, ela foi à luta. Antes mesmo de ingressar no grupo de pais, Isídia fez uma circular denunciando o absurdo do aumento e distribuiu entre os pais do Leonardo da Vinci. "Ia encarar essa briga isoladamente pois tenho mais dois filhos em escolas particulares com este reajuste, 60% da nossa renda

familiar seriam consumidos só em prestação de escola", comenta Isídia. Acrescenta que todas as escolas juntas terão mais força e poderão reverter a situação.

### Adesão

O odontólogo Wagner Garcia, que tem três filhos estudando no Colégio Santo Antônio, também aderiu ao movimento. Ele afirma que não tem mais condições de manter as crianças na escola. "Em junho paguei NCz\$ 164,89 pela mensalidade dos três. Agora só em julho terei de pagar NCz\$ 582. O pior é que as escolas de acordo com a Portaria 140 podem reajustar os seus preços mensalmente. Não podemos ficar parados, temos que modificar a forma de correção das prestações", afirma o pai.

Já está marcada a próxima reunião do movimento de pais. Sera na terça-feira, às 19h00 na Ordem dos Advogados do Brasil. Até lá os pais esperam ter conseguido a audiência com os ministros da Fazenda e da Educação.